



Parecer de Ayres Britto integrará ADI da Ajufe contra lei de abuso

O [parecer](#) elaborado pelo ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, será juntado à Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.239, que questiona a Lei nº 13.869/2019, do Abuso de Autoridade.

A ADI 6.239 foi interposta pela Associação de Juízes Federais (Ajufe). Outra ADI, a de número 6.236, também questionando a lei de abuso, foi apresentada pela Associação de Magistrados do Brasil (AMB).

Na visão de Ayres Britto, “a lei inibe a prestação jurisdicional e a independência do magistrado, que se vê criminalizado por uma interpretação dada a norma geral”.

O ministro ainda sustenta que “nenhum diploma jurídico infraconstitucional pode ter a pretensão de ditar as coordenadas mentais do juiz-juiz, ou instância judicante colegiada, para conhecer do descritor e do prescriptor dessa ou daquela norma geral a aplicar por forma tipicamente jurisdicional”.

ADI 6.239

Date Created

29/10/2019